

CONCURSO PÚBLICO

NÍVEL SUPERIOR

100 – PROCURADOR MUNICIPAL
TIPO A

Frase: **Atitude positiva muda destinos.**

(Transcrever a frase acima para o Cartão Resposta)



SUA PROVA

O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **80 (oitenta)** questões objetivas; e
- Um **Cartão Resposta** destinado às respostas das questões objetivas.



TEMPO

- **5 (cinco) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **Cartão Resposta** da prova objetiva.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se o **CARGO** deste caderno de prova coincide com o registrado no cabeçalho de cada página e com o cargo para o qual você está inscrito. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **Cartão Resposta**.
- Identifique no **Cartão Resposta** o **TIPO** de caderno de prova, a não identificação no **Cartão Resposta**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **Cartão Resposta** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **Cartão Resposta**, sendo este o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento do **Cartão Resposta** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **Caderno de Prova**, e no **Cartão Resposta**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **Caderno de Prova** e o **Cartão Resposta** devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- O gabarito oficial preliminar da prova será divulgado na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os Cadernos de Prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



ÁREA 1

Língua Portuguesa

- Texto para as questões de 1 a 10.

RAIZ DA INTOLERÂNCIA

Ninguém representa maior ameaça à liberdade do outro do que quem se considera dono da verdade. E a lógica que conduz da certeza inquestionável ao linchamento do discordante é simples: “se eu estou com a verdade e ele discorda de mim é que ele está com a mentira, e não se pode deixar que a mentira prospere”. Logo, calar o mentiroso (ou o traidor da verdade) é um bem que se faz à pátria ou à humanidade ou a Deus ou ao partido.

Existem verdades de diferentes pesos e, conforme o peso, mais grave ou menos grave será o erro praticado pelo discordante. Por exemplo, se minha verdade consiste em afirmar que o futebol-arte é melhor que o futebol-força, o máximo que pode resultar disso serão algumas tiradas irônicas mas, se estou convencido de que minha seita é a única que incorpora a verdade do Cristo Salvador, aí o discordante está do lado do Diabo, a encarnação do Mal. (...)

Já escrevi aqui, mais de uma vez, que quem aceita a complexidade do real – do mundo, da vida – não pode ser sectário, não pode ser radical em suas convicções. Noutras palavras, só é sectário quem simplifica as coisas, ignora que todo problema contém diversos lados e contradições. Lidar com essa complexidade é, indubitavelmente, difícil e desconfortável; muito mais cômodo é afirmar: “aquele sujeito é um imbecil” — em lugar de tentar entender as suas razões. Isto se vê a todo momento, especialmente nas discussões políticas. É a tática de desqualificação do outro. Em lugar de responder a seus argumentos, afirmo que ele é safado, desonesto, mau-caráter.

Veja bem, quando digo que se deve ser tolerante e que não existem verdades absolutas, não estou pregando o abandono das convicções firmes e das atitudes éticas. Umas e outras devem ser fruto do conhecimento e da reflexão, os quais nos conduzirão inevitavelmente a reconhecer que a realidade excede nossa capacidade de abrangê-la integralmente. O conhecimento e a reflexão nos conduzem à modéstia e à tolerância. Quando perguntaram a Marx qual a virtude intelectual que mais admirava, ele respondeu: a dúvida.

Raiz da intolerância. Ferreira Gullar. Melhores Crônicas. Adaptado.

1. Conforme a intencionalidade discursiva defendida no texto em evidência, a raiz da ignorância está relacionada intrinsecamente a uma ideia reducionista sobre ideologias contrárias. Assim sendo, à manutenção dessa temática, por meio dos termos ressaltados nos trechos I e II, dá-se o nome de:

- “[...] calar o **mentiroso** (ou o **traidor da verdade**)”.
- “Em lugar de responder a seus argumentos, afirmo que ele é **safado, desonesto, mau-caráter.**”

- (A) referência elíptica.
- (B) sequenciação frástica.
- (C) sequenciação parafrástica.
- (D) substituição por pró-formas.
- (E) referência por hipônimos e hiperônimos.

2. Analise a função desempenhada pelas preposições demarcadas, no excerto a seguir, de modo a assinalar o item correto.

“Ninguém representa maior ameaça à liberdade **do**¹ outro do que quem se considera dono **da**² verdade. E a lógica que conduz da certeza inquestionável ao linchamento do discordante é simples [...]”

- (A) É ativa em 1 e em 2.
- (B) É passiva em 1 e em 2.
- (C) É acessória em 1 e em 2.
- (D) É ativa em 1 e passiva em 2.
- (E) É integrante em 1 e acessória em 2.

3. “[...] estou convencido **de que minha seita é a única** que incorpora a verdade [...]”

No trecho em evidência, a oração demarcada, em relação à oração que a antecede, é tipificada como:

- (A) subordinada adjetiva restritiva.
- (B) subordinada adverbial consecutiva.
- (C) subordinada substantiva predicativa.
- (D) subordinada substantiva objetiva indireta.
- (E) subordinada substantiva completiva nominal.

4. Atente-se à função desempenhada pelos elementos conectores enumerados, no contexto discursivo que segue, para demarcar a alternativa correta.

“[...] se minha verdade consiste em afirmar **que**¹ o futebol-arte é melhor que o futebol-força, o máximo **que**² pode resultar disto serão algumas tiradas irônicas [...]”

- (A) 1 e 2 são pronomes relativos.
- (B) 1 e 2 são conjunções integrantes.
- (C) 1 é pronome relativo; 2, conjunção integrante.
- (D) 1 é conjunção integrante; 2, pronome relativo.
- (E) 1 é conjunção subordinativa; 2, conjunção integrante.

5. Assim como em **futebol-arte** e **futebol-força**, palavras mencionadas no texto, há um vocábulo ressaltado, formado corretamente com auxílio de hifenização, em:

- (A) **Vade-retro** daqui!
- (B) A medicação trazia várias **contra-indicações**.
- (C) A **madre-silva** é uma trepadeira que escala até 10 m de altura.
- (D) A retificação **intra-muros** é uma correção dentro de uma área já demarcada.
- (E) A **co-edição** é realizada por meio de um convênio entre dois ou mais editores.

6. “Ninguém representa maior **ameaça** à liberdade do outro do que quem se considera dono da verdade.”

O vocábulo **ameaça** formou-se por meio de um processo denominado de:

- (A) derivação regressiva.
- (B) derivação parassintética.
- (C) braquissomia por aférese.
- (D) braquissomia por apócope.
- (E) braquissomia por síncope.

7. “Quando perguntaram a Marx qual **a virtude intelectual**¹ que mais admirava, ele respondeu: **a dúvida**².”

No contexto discursivo apresentado, a relação coesiva, respectivamente, entre os trechos 1 e 2, no período evidenciado, é do tipo:

- (A) anafórica, pois resgata, de forma remissiva, um termo já citado anteriormente.
- (B) endofórica, estabelecendo uma relação semântica direta entre um termo hipônimo e outro hiperônimo.
- (C) epanofórica, indicando uma repetição semântica de intensidade entre um termo geral e outro mais específico.
- (D) catafórica, porque há a antecipação do referente em relação a um elemento linguístico que ainda será anunciado.
- (E) exofórica, ou seja, a referenciação apoia-se em uma evidência situacional compartilhada apenas pelos interlocutores do ato comunicativo.

8. O advérbio realçado em “Lidar com essa complexidade é, **indubitavelmente**, difícil e desconfortável”, trata-se de uma modalização:

- (A) deôntica por volição.
- (B) deôntica por obrigação.
- (C) epistêmica delimitadora.
- (D) epistêmica asseverativa.
- (E) epistêmica quase-asseverativa.

9. A regência verbal trata-se da relação de subordinação entre um verbo e um termo regido ou ainda da independência sintático-semântica de um verbo em relação ao processo de complementação. Partindo desse pressuposto, assinale a alternativa em que se descreve corretamente esse processo linguístico, tendo por base o verbo ressaltado no trecho “[...] os quais nos **conduzirão** inevitavelmente a reconhecer que a realidade [...]”.

- (A) O verbo **conduzir** é transitivo direto em que o pronome oblíquo **nos** é seu objeto direto.
- (B) O verbo **conduzir** é transitivo indireto, em que a oração subsequente se trata do seu objeto indireto.
- (C) O verbo **conduzir** é bitransitivo, em que o pronome oblíquo **nos** é seu objeto direto e a oração subsequente se trata do seu objeto indireto.
- (D) O verbo **conduzir** é bitransitivo, em que o pronome oblíquo **nos** é seu objeto indireto e a oração subsequente se trata do seu objeto direto.
- (E) O verbo **conduzir** se trata de um verbo intransitivo, uma vez que não exige complementos para sua independência sintático-semântica; sendo, dessa forma, apenas acompanhado por um termo acessório: o vocábulo **inevitavelmente**.

10. Quanto à segmentação mórfica do verbo demarcado em “[...] nos **conduzirão** inevitavelmente [...]”, ela faz-se corretamente na alternativa:

- (A) Conduz-i-rão
- (B) Conduz-i-rã-o
- (C) Condu-zi-rã-o-ø
- (D) Cond-uz-i-rã-o-ø
- (E) Con-du-zi-rão-ø

Direito Constitucional

11. Tendo em vista as disposições expressas na Lei nº 9.868/1999, que dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, em especial sobre a ação direta por omissão, é correto afirmar que:

- (A) podem propor a ação direta de inconstitucionalidade por omissão os legitimados à propositura da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade.
- (B) é facultado a petição inicial indicar a omissão inconstitucional total ou parcial quanto ao cumprimento de dever constitucional de legislar ou quanto à adoção de providência de índole administrativa.
- (C) não cabe agravo da decisão que indeferir a petição inicial.
- (D) proposta a ação direta de inconstitucionalidade por omissão, é facultada a desistência.
- (E) o relator poderá solicitar a manifestação do Advogado-Geral da União, que deverá ser encaminhada no prazo de 05 (cinco) dias.

12. Acerca do tema “direito de petição e direito à informação” abordado na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) São a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
- (B) São a todos assegurados a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal após o pagamento de taxas.
- (C) O direito a petição aos Poderes Públicos é válido apenas nos casos de abuso de poder.
- (D) A obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos, depende do pagamento de taxas.
- (E) É assegurado o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder, mediante pagamento de taxas administrativas, apenas às Pessoas Jurídicas.

13. Em se tratando dos municípios à luz do que nos leciona a Constituição Federal de 1988, em especial sobre sua Lei orgânica, é correto afirmar que:

- (A) o Município reger-se-á por lei orgânica, votada em três turnos, com o interstício mínimo de vinte dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- (B) o Município reger-se-á por lei orgânica, votada em um turno e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- (C) o Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de cinco dias, e aprovada por um terço dos membros da Câmara Municipal.
- (D) o Município reger-se-á por lei orgânica, votada em três turnos, com o interstício mínimo de trinta dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- (E) o Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.

14. Acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos à luz dos que nos leciona a Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:

- (A) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- (B) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, desde que estas sejam precedidas de vínculo empregatício, sendo dispensável a observância à Consolidação das Leis Trabalhistas.
- (C) é assegurado a todos o acesso à informação, sendo vedado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
- (D) é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz e de guerra, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
- (E) a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, sendo facultada a interferência estatal em seu funcionamento.

15. Em se tratando dos direitos políticos à égide da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até um mês antes do pleito.
- (B) O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente.
- (C) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos dois meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- (D) O militar elegível, se contar com mais de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade.
- (E) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de sessenta dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

16. Tendo em vista as disposições trazidas na Constituição Federal acerca do Distrito Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas à União.
- (B) Decreto Legislativo disporá sobre a utilização, pelo Governo do Distrito Federal, da polícia civil, da polícia penal, da polícia militar e do corpo de bombeiros militar.
- (C) A eleição do Governador e do Vice-Governador e dos Deputados Distritais deverá ser em ano distinto da realizada para os Governadores e Deputados Estaduais.
- (D) O Distrito Federal, vedada sua divisão em Municípios, reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços da Câmara Legislativa, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição.
- (E) O Distrito Federal poderá dividir-se em Municípios a qualquer tempo, desde que haja deliberação de pelo menos dois terços dos habitantes locais.

17. Em se tratando do tema a respeito das emendas à Constituição, à luz do que nos leciona a Constituição Federal, aponte a alternativa que indica corretamente o mínimo da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal para encaminhamento da proposta.

- (A) Um Terço dos membros.
- (B) Dois Terços dos membros.
- (C) Metade dos membros.
- (D) Unanimidade dos membros.
- (E) Um quarto dos membros.

18. Em relação ao tema “servidores públicos”, com base no que nos leciona a Constituição Federal de 1988, podemos afirmar que:

- (A) a fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório dispensa a observância das peculiaridades do cargo.
- (B) os Municípios manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.
- (C) o membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, juntamente com o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.
- (D) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes.
- (E) os Poderes Legislativo e Judiciário publicarão mensalmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

19. Considerando as disposições presentes na Constituição Federal de 1988 a respeito da Defensoria Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) Decreto Legislativo organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.
- (B) As Defensorias Públicas Estaduais não possuem autonomia funcional e administrativa.
- (C) A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.
- (D) São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a divisibilidade e a dependência funcional.
- (E) A Defensoria Pública é instituição transitória, facultada à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático exclusivamente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em primeira instância, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.

20. Acerca dos orçamentos públicos, com base no que disciplina a Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:

- (A) a lei de diretrizes orçamentárias estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- (B) a lei que instituir o plano plurianual compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- (C) leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão o plano plurianual; as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.
- (D) o Poder Executivo publicará, até cem dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.
- (E) os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e apreciados pelo Supremo Tribunal Federal.

Direito Administrativo

21. Tendo em vista as disposições presentes na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa que indica corretamente os princípios da administração pública.

- (A) Legalidade, pessoalidade, moralidade e eficiência.
- (B) Impessoalidade, modalidade, eficiência e auto-gestão.
- (C) Moralidade, pessoalidade, publicidade, motivação e costumes.
- (D) Legalidade, laicidade, moralidade e eficiência.
- (E) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

22. Acerca das disposições presentes na Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2011, assinale a alternativa correta referente à proteção e controle de informações sigilosas.

- (A) O acesso, a divulgação e o tratamento de informação classificada como pública ficarão restritos a pessoas que tenham necessidade de conhecê-la e que sejam devidamente credenciadas na forma do regulamento, sem prejuízo das atribuições dos agentes públicos autorizados por lei.
- (B) O acesso à informação classificada como sigilosa não cria a obrigação para aquele que a obteve de resguardar o sigilo.
- (C) É dever do Estado controlar o acesso e a divulgação de informações sigilosas produzidas por seus órgãos e entidades, assegurando a sua proteção.
- (D) Decreto Legislativo disporá sobre procedimentos e medidas a serem adotados para o tratamento de informação sigilosa, de modo a protegê-la contra perda, alteração indevida, acesso, transmissão e divulgação não autorizados.
- (E) As autoridades públicas adotarão as providências necessárias para que o pessoal a elas subordinado hierarquicamente conheça as normas e observe as medidas e procedimentos de segurança para tratamento de informações públicas.

23. Em se tratando das disposições presentes na Lei Geral de Proteção de Dados – Lei nº 13.709/2018, acerca do tratamento de dados pelo poder público, é correto afirmar que:

- (A) Os serviços notariais e de registro exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público, não terão o mesmo tratamento dispensado às pessoas jurídicas.
- (B) O uso compartilhado de dados pessoais pelo Poder Público não necessita atender a finalidades específicas de execução de políticas públicas e atribuição legal pelos órgãos e pelas entidades públicas, respeitados os princípios de proteção de dados pessoais.
- (C) É vedado ao Poder Público transferir a entidades privadas dados pessoais constantes de bases de dados a que tenha acesso em casos de execução descentralizada de atividade pública que exija a transferência, exclusivamente para esse fim específico e determinado.
- (D) A comunicação ou o uso compartilhado de dados pessoais de pessoa jurídica de direito público a pessoa de direito privado será informado à autoridade nacional e dependerá de consentimento do titular nos casos de uso compartilhado de dados, em que será dada publicidade.
- (E) O tratamento de dados pessoais pelas pessoas jurídicas de direito público deverá ser realizado para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público, desde que seja indicado um encarregado quando realizarem operações de tratamento de dados pessoais.

24. Tomando por base as disposições presentes na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa que indica corretamente uma das hipóteses de inexigibilidade de licitação.

- (A) Contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- (B) Contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores.
- (C) Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras.
- (D) Para contratação que possa acarretar comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos pelo Ministro de Estado da Defesa, mediante demanda dos comandos das Forças Armadas ou dos demais ministérios.
- (E) Para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

25. A respeito dos contratos administrativos, à luz do que nos leciona a Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que:

- (A) é vedado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas.
- (B) a recusa justificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.
- (C) os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, todavia serão mantidos em sigilo, evitando a divulgação de informações ao público.
- (D) contratos relativos a direitos reais sobre imóveis serão formalizados por escritura pública lavrada em notas de tabelião, cujo teor deverá ser mantido em sigilo absoluto.
- (E) o prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

26. Em se tratando das disposições presentes na Lei Federal nº 12.846/2012, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, assinale a alternativa correta.

- (A) A competência para a instauração e o julgamento do processo administrativo de apuração de responsabilidade da pessoa jurídica poderá ser delegada, facultada à subdelegação.
- (B) A instauração e o julgamento de processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica cabem à autoridade máxima de cada órgão ou entidade dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que agirá de ofício ou mediante provocação, observados o contraditório e a ampla defesa.
- (C) No âmbito do Poder Executivo federal, a Controladoria-Geral da União – CGU não terá competência concorrente para instaurar processos administrativos de responsabilização de pessoas jurídicas ou para avocar os processos instaurados, para exame de sua regularidade ou para corrigir-lhes o andamento.
- (D) O processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica será conduzido por comissão designada pela autoridade instauradora e composta por 1 (um) servidor estável e 2 (dois) ocupantes de cargos em comissão.
- (E) A comissão deverá concluir o processo no prazo de 280 (duzentos e oitenta) dias contados da data da publicação do ato que a instituir e, ao final, apresentar relatórios sobre os fatos apurados e eventual responsabilidade da pessoa jurídica, sugerindo de forma motivada as sanções a serem aplicadas.

27. Tratando-se do acordo de leniência, abordado sob a égide da Lei Federal nº 12.846/2013, aponte a alternativa correta.

- (A) A celebração do acordo de leniência não isentará a pessoa jurídica das sanções previstas, porém reduzirá em até 2/3 (dois terços) o valor da multa aplicável.
- (B) O acordo de leniência exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado.
- (C) Os efeitos do acordo de leniência serão estendidos às pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico, de fato e de direito, mesmo que não firmem o acordo em conjunto, respeitadas as condições nele estabelecidas.
- (D) Em caso de descumprimento do acordo de leniência, a pessoa jurídica ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de 3 (três) meses contados do conhecimento pela administração pública do referido descumprimento.
- (E) A Controladoria-Geral da União - CGU é o órgão competente para celebrar os acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo federal, bem como no caso de atos lesivos praticados contra a administração pública estrangeira.

28. Em se tratando da figura do administrador, sob a luz do que nos disciplina a Lei nº 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assinale a alternativa correta.

- (A) É vedado ao estatuto da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias dispor sobre a contratação de seguro de responsabilidade civil pelos administradores.
- (B) É facultada a indicação, para o Conselho de Administração e para a diretoria de pessoa que exerça cargo em organização sindical.
- (C) É facultado aos administradores eleitos participar, na posse e anualmente, de treinamentos específicos sobre legislação societária e de mercado de capitais, divulgação de informações, controle interno, exceto sobre o código de conduta, a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), e demais temas relacionados às atividades da empresa pública ou da sociedade de economia mista.
- (D) É facultada a indicação, para o Conselho de Administração e para a diretoria, de pessoa que atuou, nos últimos 36 (trinta e seis) meses, como participante de estrutura decisória de partido político ou em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral.
- (E) Consideram-se administradores da empresa pública e da sociedade de economia mista os membros do Conselho de Administração e da diretoria.

29. Considerando as disposições inerentes ao processo administrativo e do processo judicial presentes na Lei nº 8.429/92, indique a alternativa correta.

- (A) A representação, que será escrita, dispensa a qualificação do representante, porém é obrigatória a presença das informações sobre o fato e sua autoria e a indicação das provas de que tenha conhecimento.
- (B) Atendidos os requisitos da representação, a autoridade determinará a apuração dos fatos no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, observada a legislação que regula o processo administrativo disciplinar aplicável ao agente.
- (C) Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- (D) É facultado à comissão processante dar conhecimento ao Ministério Público e ao Tribunal ou Conselho de Contas da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade.
- (E) Na ação por improbidade administrativa é vedado, em caráter antecedente ou incidente, o pedido de indisponibilidade de bens dos réus.

30. Com base nas disposições presentes na Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, é correto afirmar que:

- (A) não será admitida ação privada em nenhuma hipótese para os crimes previstos na Lei nº 13.869/2019.
- (B) é cabível a ação privada subsidiária no caso de a ação penal pública não ser intentada no prazo legal, devendo esta ser exercida no prazo de 12 (doze) meses, contado da data em que se esgotar o prazo para oferecimento da denúncia.
- (C) os crimes previstos na Lei nº 13.869/2019 são de ação penal pública incondicionada.
- (D) as penas previstas na Lei nº 13.869/2019 serão aplicadas apenas mediante a aplicação das sanções de natureza civil ou administrativa cabíveis.
- (E) as responsabilidades civil e administrativa são dependentes da criminal, sendo possível questionamento sobre a existência ou a autoria do fato quando essas questões tenham sido decididas no juízo criminal.

Direito Tributário

31. Tendo em vista as disposições expressas no Código Tributário Nacional, em especial acerca das hipóteses de extinção do crédito tributário, é correto afirmar que:

- (A) o pagamento de um crédito importa em presunção de pagamento quando parcial, das prestações em que se decompõe.
- (B) a imposição de penalidade não ilide o pagamento integral do crédito tributário.
- (C) quando a legislação tributária não fixar o tempo do pagamento, o vencimento do crédito ocorre sessenta dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento.
- (D) é vedado a legislação tributária conceder desconto pela antecipação do pagamento.
- (E) o pagamento em papel selado ou por processo mecânico não é equiparado ao pagamento em estampilha.

32. No que tange à exclusão do crédito tributário, à luz do que nos leciona o Código Tributário Nacional, é correto afirmar que:

- (A) a exclusão do crédito tributário dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequentes.
- (B) é vedada a isenção ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.
- (C) a isenção, quando concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei ou contrato para sua concessão.
- (D) a anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede, aplicando-se aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções e aos que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele.
- (E) excluem o crédito tributário a isenção e a anistia.

33. Tendo em vista as disposições presentes no Código Tributário Nacional a respeito das garantias e privilégios do Crédito Tributário, assinale a alternativa correta.

- (A) A alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa não pode ser presumida como fraudulenta.
- (B) Na falência o crédito tributário prefere aos créditos extraconcursais ou às importâncias passíveis de restituição, nos termos da lei falimentar, bem como aos créditos com garantia real, com valor superior ao do bem gravado.
- (C) A cobrança judicial do crédito tributário é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, inventário ou arrolamento.
- (D) A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste nem a da obrigação tributária a que corresponda.
- (E) Não são extraconcursais os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo de falência.

34. Em se tratando da fiscalização tributária, nos moldes expressos no Código Tributário Nacional, indique a alternativa correta.

- (A) Para os efeitos da legislação tributária, têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, dos comerciantes industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibi-los.
- (B) A autoridade administrativa que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização é dispensada da elaboração de termos para que se documente o início do procedimento, na forma da legislação aplicável, que fixará prazo máximo para a conclusão daquelas.
- (C) A legislação tributária, observado o disposto no Código Tributário Nacional, regulará, em caráter geral, ou especificamente em função da natureza do tributo de que se tratar, a competência e os poderes das autoridades administrativas em matéria de fiscalização da sua aplicação.
- (D) Mediante intimação oral, é facultado aos tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros.
- (E) Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é facultada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.

35. Tendo em vista as disposições inerentes à dívida ativa, sob a luz do que nos leciona o Código Tributário Nacional, identifique a alternativa correta.

- (A) A fluência de juros de mora exclui a liquidez do crédito.
- (B) O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará facultativamente o nome do devedor e, sendo caso, o dos co-responsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outros.
- (C) Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.
- (D) A dívida regularmente inscrita não goza da presunção de certeza e liquidez, bem como não tem o efeito de prova pré-constituída.
- (E) A certidão de dívida ativa dispensa a indicação do livro e da folha da inscrição.

36. Em se tratando das certidões negativas, à luz do que nos leciona o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

- (A) A certidão negativa será sempre expedida nos termos em que tenha sido requerida e será fornecida dentro de 40 (quarenta) dias da data da entrada do requerimento na repartição.
- (B) Independentemente de disposição legal permissiva, será exigida a prova de quitação de tributos, ou o seu suprimento, quando se tratar de prática de ato indispensável para evitar a caducidade de direito, respondendo, porém, todos os participantes no ato pelo tributo porventura devido, juros de mora e penalidades cabíveis, exceto as relativas a infrações cuja responsabilidade seja pessoal ao infrator.
- (C) A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública, não responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo crédito tributário e juros de mora acrescidos.
- (D) A responsabilização pessoal do funcionário que a expedir a certidão negativa com dolo ou fraude contendo erro contra a Fazenda Pública exclui a responsabilidade criminal e funcional que no caso couber.
- (E) A lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade e indique o período a que se refere o pedido.

37. No que tange à constituição do crédito tributário nos moldes discriminados no Código Tributário Nacional, em especial sobre o seu lançamento, identifique a afirmativa correta.

- (A) Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.
- (B) A atividade administrativa de lançamento não é vinculada e nem obrigatória, motivo pelo qual não se recai nas hipóteses de responsabilidade funcional.
- (C) Quando o valor tributário esteja expresso em moeda estrangeira, no lançamento far-se-á sua conversão em moeda nacional ao câmbio do mês imediatamente subsequente ao da ocorrência do fato gerador da obrigação.
- (D) O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, exceto nos casos de modificação ou revogação, ocasião em que deverá ser utilizada a nova norma.
- (E) O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo não poderá ser alterado em virtude de impugnação do sujeito passivo.

38. Consubstanciado no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta acerca do tema “fato gerador”.

- (A) Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
- (B) Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que configure obrigação principal.
- (C) É vedado a autoridade administrativa desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária.
- (D) A definição legal do fato gerador é interpretada considerando a validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos.
- (E) Independentemente de previsão legal, não se considera ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos, tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável.

39. No que se refere aos sujeitos ativos e passivos da obrigação tributária, conforme nos orienta o Código Tributário Nacional, é possível afirmar que:

- (A) o sujeito ativo da obrigação principal diz-se contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador.
- (B) o sujeito ativo da obrigação acessória é a pessoa obrigada às prestações que constituam o seu objeto.
- (C) o sujeito ativo da obrigação principal diz-se responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.
- (D) o sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público, titular da competência para exigir o seu cumprimento.
- (E) o sujeito passivo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público, titular da competência para exigir o seu cumprimento.

40. Em se tratando do tema “Domicílio tributário”, abordado à luz do que nos leciona o Código Tributário Nacional, na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, na forma da legislação aplicável, considera-se como tal:

- (A) Quanto às pessoas jurídicas de direito público, o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento.
- (B) Quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, qualquer de suas repartições no território da entidade tributante.
- (C) Quanto às pessoas naturais, a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade.
- (D) Quando couber a aplicação das regras fixadas no Código Tributário Nacional, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação.
- (E) É vedado a autoridade administrativa recusar o domicílio eleito, mesmo que tal ato impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo.

Direito Processual Civil

41. Em se tratando das disposições finais e transitórias dispostas no Código de Processo Civil de 2015, assinale a alternativa que indique corretamente o prazo para interposição de qualquer agravo, previsto em Lei ou Regimento Interno de Tribunal, contra decisão do relator ou outra decisão unipessoal proferida em tribunal.

- (A) 05 (cinco) dias.
- (B) 15 (quinze) dias.
- (C) 10 (dez) dias.
- (D) 20 (vinte) dias.
- (E) 30 (trinta) dias.

42. Acerca das disposições presentes no Código de Processo Civil de 2015 sobre o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica, é correto afirmar que:

- (A) O incidente de desconconsideração é cabível apenas na fase inicial do processo de conhecimento.
- (B) O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo.
- (C) A instauração do incidente deverá ser comunicada ao distribuidor para as anotações devidas no prazo de 60 (sessenta) dias úteis.
- (D) É obrigatória a instauração do incidente mesmo se a desconconsideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial, hipótese em que será citado o sócio ou a pessoa jurídica.
- (E) Instaurado o incidente, o sócio ou a pessoa jurídica será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 30 (trinta) dias.

43. Tratando-se do *Amicus Curiae*, disposto no Código de Processo Civil de 2015, o juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de:

- (A) 15 (quinze) dias do início do processo.
- (B) 25 (vinte e cinco) dias de sua intimação.
- (C) 05 (cinco) dias da citação no processo.
- (D) 30 (trinta) dias de sua intimação.
- (E) 15 (quinze) dias de sua intimação.

44. A respeito do tema impedimento e suspeição à luz do que nos disciplina o Código de Processo Civil, indique a alternativa correta.

- (A) É facultada a criação de fato superveniente a fim de caracterizar impedimento do juiz.
- (B) Não há suspeição do juiz quando este for amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados.
- (C) Poderá o juiz declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, sendo necessário, no entanto, declarar suas razões.
- (D) Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo em que interveio como mandatário da parte, oficiou como perito, funcionou como membro do Ministério Público ou prestou depoimento como testemunha.
- (E) Será legítima a alegação de suspeição quando houver sido provocada por quem a alega.

45. Tendo em vista as disposições presentes no Código de Processo Civil de 2015 sobre os poderes, deveres e responsabilidades do juiz, é correto afirmar que:

- (A) A dilação de prazos processuais não pode ser determinada antes de encerrado o prazo regular.
- (B) Ao juiz faculta eximir-se de decidir sob a alegação de lacuna ou obscuridade do ordenamento jurídico.
- (C) O juiz decidirá o mérito nos limites propostos pelas partes, sendo-lhe facultado conhecer de questões não suscitadas a cujo respeito à lei exige iniciativa da parte.
- (D) Convencendo-se, pelas circunstâncias, de que autor e réu se serviram do processo para praticar ato simulado ou conseguir fim vedado por lei, o juiz proferirá decisão que impeça os objetivos das partes, não aplicando, porém, as penalidades da litigância de má-fé.
- (E) O juiz dirigirá o processo conforme as disposições do Código de Processo Civil, incumbindo-lhe, dentre outras, determinar o suprimento de pressupostos processuais e o saneamento de outros vícios processuais.

46. Em se tratando das disposições afetas aos auxiliares da justiça previstas no Código de Processo Civil, marque a alternativa que indique corretamente uma das funções do Oficial de Justiça.

- (A) Redigir, na forma legal, os ofícios, os mandados, as cartas precatórias e os demais atos que pertençam ao seu ofício.
- (B) Efetivar as ordens judiciais, realizar citações e intimações, bem como praticar todos os demais atos que lhe forem atribuídos pelas normas de organização judiciária.
- (C) Certificar, em mandado, proposta de autocomposição apresentada por qualquer das partes, na ocasião de realização de ato de comunicação que lhe couber.
- (D) Comparecer às audiências ou, não podendo fazê-lo, designar servidor para substituí-lo.
- (E) Fornecer certidão de qualquer ato ou termo do processo, independentemente de despacho, observadas as disposições referentes ao segredo de justiça.

47. Tendo em vista as disposições presentes no Código de Processo Civil acerca do tempo e do lugar dos atos processuais, é correto afirmar que:

- (A) Processam-se durante as férias forenses, onde as houver, e não se suspendem pela superveniência delas os procedimentos de jurisdição voluntária e os necessários à conservação de direitos, quando puderem ser prejudicados pelo adiamento.
- (B) A prática eletrônica de ato processual pode ocorrer somente das 6 (seis) às 20 (vinte) horas do último dia do prazo.
- (C) As citações, intimações e penhoras não poderão realizar-se no período de férias forenses, onde as houver, e nos feriados ou dias úteis fora do horário, independentemente de autorização judicial para tanto.
- (D) Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 6 (seis) às 23 (vinte e três) horas.
- (E) O horário vigente no juízo perante o qual o ato deve ser praticado não será considerado para fins de atendimento do prazo.

48. Em atenção às disposições expressas no Código de Processo Civil acerca dos atos processuais, podemos afirmar que:

- (A) Os atos e os termos processuais independem de forma determinada, salvo quando a lei expressamente a exigir, considerando-se nulos os que, realizados de outro modo, lhe preenchem a finalidade essencial.
- (B) O direito de consultar os autos de processo que tramite em segredo de justiça e de pedir certidões de seus atos é restrito apenas aos procuradores das partes.
- (C) Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é vedado às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo.
- (D) O documento redigido em língua estrangeira poderá ser juntado aos autos independentemente do acompanhamento de versão para a língua portuguesa tramitada por via diplomática ou pela autoridade central, ou firmada por tradutor juramentado.
- (E) Os atos processuais são públicos, todavia tramitam em segredo de justiça os processos em que o exija o interesse público ou social.

49. Tratando-se das disposições presentes no Código de Processo Civil a respeito da citação, é correto afirmar que esta deverá ser efetivada:

- (A) Em até 45 (quarenta e cinco) dias a partir da propositura da ação.
- (B) Em até 80 (oitenta) dias a partir da manifestação do juiz nos autos.
- (C) Após 45 (quarenta e cinco) dias da manifestação do juiz nos autos.
- (D) Em até 90 (noventa) dias úteis a contar da propositura da ação.
- (E) Após 55 (cinquenta e cinco) dias contados da propositura da ação.

50. Acerca da tutela provisória, à luz do que nos disciplina o Código de Processo Civil, é possível afirmar que:

- (A) A tutela provisória requerida em caráter incidental depende do pagamento de custas.
- (B) A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.
- (C) A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, não podendo ser revogada ou modificada.
- (D) Na decisão que conceder, negar, modificar ou revogar a tutela provisória, o juiz é dispensado de motivar seu convencimento de modo claro e preciso.
- (E) A tutela provisória pode fundamentar-se apenas em urgência.

ÁREA 2**Direito Civil**

51. Aos dezoito anos completos, a pessoa adquire a capacidade plena para a prática por si dos atos da vida civil. Não obstante, a lei admite que certas pessoas, menores de dezoito anos, adquiram a capacidade plena por meio da emancipação: ato jurídico por meio do qual se atribui capacidade jurídica plena a um menor. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta, de acordo com o Código Civil.

- (A) Os pais podem conceder emancipação ao filho menor com dezesseis anos completos, mediante instrumento público, dependente de homologação judicial, após manifestação do Ministério Público.
- (B) O casamento civil e religioso é causa de emancipação do menor, após 6 meses da constituição do matrimônio.
- (C) O exercício de emprego público efetivo, com avaliação de desempenho satisfatória, realizada por comissão própria, é causa de emancipação.
- (D) A existência de relação de emprego, desde que em função dela o menor, com dezesseis anos completos, tenha economia própria, é causa de emancipação.
- (E) O menor que inicia curso de ensino superior e obtém estágio na área se torna emancipado.

52. Não se pode conceber que o titular de um direito relativo possa permanecer inerte por longo tempo e, posteriormente, pretenda exercê-lo. Do contrário, gerar-se-ia enorme insegurança jurídica. Por essa razão, o Direito criou mecanismos que fulminam a pretensão correspondente a um direito, ou o próprio direito, pelo decurso de prazo previsto na lei, ou fixado pelas partes: prescrição e decadência. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta, de acordo com o Código Civil.

- (A) Os relativamente incapazes e as pessoas jurídicas têm ação contra os seus assistentes ou representantes legais, que derem causa à prescrição, ou não a alegarem oportunamente.
- (B) Os prazos de prescrição podem ser alternados por acordo das partes, desde que maiores e capazes e sobre direitos patrimoniais disponíveis.
- (C) A prescrição ocorre em 5 anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
- (D) O juiz pode conhecer, de ofício, a decadência, quando estabelecida por lei ou por convenção das partes interessadas.
- (E) São aplicáveis à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.

53. Alberto é devedor de Marina, relativamente a R\$ 35.000,00, cujo vencimento ocorreu dia 25/06/2025. Alberto não conseguiu adimplir a obrigação, em razão de dificuldade financeira enfrentada pela demissão repentina do trabalho. Júlio, genitor de Alberto, tomou conhecimento da situação de inadimplência de seu filho e procurou Marina, para negociar e pagar a dívida. Acerca dessa hipotética situação, assinale a alternativa correta de acordo com o Código Civil.

- (A) Júlio é terceiro interessado e pode realizar o pagamento da dívida, usando, se o credor se opuser, dos meios conducentes à exoneração do devedor.
- (B) Júlio é terceiro não interessado, mas pode realizar o pagamento, se o fizer em nome e à conta do devedor, salvo se ocorrer oposição deste.
- (C) Júlio é terceiro não interessado e pode realizar o pagamento da dívida em próprio, o que lhe confere o direito de subrogar-se nos direitos do credor.
- (D) Júlio é terceiro não interessado, motivo pelo qual não pode realizar o pagamento da dívida.
- (E) Júlio é terceiro interessado, mas só pode realizar o pagamento com expressa autorização da credora e do devedor, após parecer no Ministério Público.

54. Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade. O exercício da posse traz efeitos possessórios relevantes. A esse respeito, indique a alternativa correta.

- (A) O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de esbulho; restituído no de turbção; e segurado de violência iminentes, se tiver justo receio de ser molestado.
- (B) obsta à manutenção ou reintegração na posse a alegação de propriedade, ou de outro direito sobre a coisa.
- (C) O possuidor de má-fé responde por todos os frutos colhidos e percebidos, bem como pelos que, por culpa sua, deixou de perceber, desde o momento em que se constituiu de má-fé; tem direito às despesas de produção e custeio.
- (D) O possuidor de boa-fé tem direito, enquanto ela durar, aos frutos percebidos. Os frutos naturais e industriais reputam-se colhidos e percebidos, logo que são separados; os civis reputam-se percebidos mês a mês.
- (E) Ao possuidor de má-fé serão ressarcidas as benfeitorias necessárias e úteis; assistindo-lhe o direito de retenção pela importância destas.

55. Caio, condômino de apartamento no Edifício Roma, ao lado de Berenice e César, seus irmãos, promete a Rui que Berenice e César lhe venderão o apartamento, juntamente com ele. Isso porquanto não basta que Caio prometa a Rui a venda do apartamento para que Rui se torne credor do imóvel por inteiro, porque não teria direito aos dois terços que pertencem a Berenice e César. De acordo com a Teoria dos Contratos e o Código Civil, essa hipotética situação diz respeito à(ao):

- (A) estipulação em favor de terceiro.
- (B) contrato com pessoa a declarar.
- (C) contrato consigo mesmo.
- (D) evicção.
- (E) promessa de fato de terceiro.

Direito Penal

56. Bernardo, servidor público do Município de Patos, no Estado de Pernambuco, utilizou verba destinada, por lei, à construção de uma escola na reforma de um prédio público da secretaria de turismo do Município. O fato praticado por Bernardo é tipificado entre os crimes contra a Administração, cuja pena prevista no Código Penal é:

- (A) reclusão, de um a quatro anos, se o fato não constitui crime mais grave.
- (B) reclusão, de dois a doze anos, e multa.
- (C) detenção, de três meses a dois anos, e multa.
- (D) detenção, de um a três meses, ou multa.
- (E) detenção, de três meses a um ano.

57. No Brasil, para que a conduta de alguém seja considerada crime, é necessário que o fato seja típico, ilícito e culpável. Há, contudo, causa de exclusão da culpabilidade e da ilicitude do ato. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta, de acordo com o Código Penal.

- (A) O estrito cumprimento de dever legal ou o exercício regular de direito é causa de exclusão da ilicitude.
- (B) Legítima defesa é causa de exclusão da culpabilidade.
- (C) Estado de necessidade é causa de exclusão da culpabilidade.
- (D) Coação irresistível e obediência hierárquica são causas de exclusão da ilicitude.
- (E) Embriaguez voluntária pelo álcool ou substância de efeitos análogos é causa de exclusão da ilicitude.

58. Assédio sexual é crime, sendo definido como “Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função”. A pena prevista para o crime é detenção, de 1 a 2 anos, e será aumentada em até um terço se a vítima for:

- (A) servidor ou servidora pública em estágio probatório.
- (B) menor de 18 anos.
- (C) mulher, com idade superior a 60 anos.
- (D) homem e menor de 21 anos.
- (E) ocupante de cargos em comissão.

59. Leia os seguintes trechos:

“[...] diz respeito ao juízo de censura, ao juízo de reprovabilidade que se faz sobre a conduta típica e ilícita praticada pelo agente. Reprovável ou censurável é aquela conduta levada a efeito pelo agente que, nas condições em que se encontrava, podia agir de outro modo. Na precisa lição de Miguel Reale Júnior, ‘reprova-se o agente por ter optado de tal modo que, sendo-lhe possível atuar em conformidade com o direito, haja preferido agir contrariamente ao exigido pela lei’”

“[...] é um juízo sobre a formação da vontade do agente”

(GRECO, Rogério. *Curso de Direito Penal* Vol.1 - 27ª Edição 2025. 27. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025. E-book. p.111. Acesso em: 01 jul. 2025).

Assinale a alternativa que corresponde ao princípio abordado de maneira preponderante nos trechos transcritos.

- (A) Princípio da responsabilidade pessoal.
- (B) Princípio da individualização da pena.
- (C) Princípio da culpabilidade.
- (D) Princípio da insignificância.
- (E) Princípio da intervenção mínima.

60. *Habeas corpus* é garantia constitucional que visa proteger o direito de liberdade, quando ameaçada ou violada por ato ilegal ou abuso de poder. Pode ser utilizada para prevenir ou reverter prisões ilegais ou arbitrárias. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) O Ministério Público não pode impetrar *habeas corpus* em favor de pessoa presa.
- (B) Cabe o *habeas corpus* contra a prisão administrativa atual ou iminente.
- (C) Não se admite concessão de *habeas corpus* de ofício pelo juiz.
- (D) A petição do *habeas corpus* deverá conter a assinatura do impetrante. Se este não souber ou não puder escrever, o juiz deverá nomear-lhe defensor dativo.
- (E) Se a ordem de *habeas corpus* for concedida para evitar ameaça de violência ou coação ilegal, ao paciente será dado salvo-conduto, assinado pelo juiz.

Direito Financeiro

61. A Lei nº 4.320/1964 dispõe sobre normas gerais de Direito Financeiro para elaboração de controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Assinale a alternativa que corresponde à noção de tributo, conforme a Lei nº 4.320/1964.

- (A) Dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
- (B) Dotações para despesas às quais não correspondam contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado.
- (C) Dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.
- (D) Receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da Constituição e das leis vigente em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.
- (E) Provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o *superavit* do Orçamento Corrente.

62. A Lei complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Essa lei dispõe sobre dívida pública e endividamento. A esse respeito, assinale a alternativa que corresponde à definição legal de dívida pública mobiliária.

- (A) Dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.
- (B) Montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.
- (C) Compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.
- (D) Compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.
- (E) Emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.

63. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. Nesse contexto, assinale a alternativa correta, de acordo com a Constituição.

- (A) O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Supremo Tribunal Federal.
- (B) O Tribunal de Contas da União é composto por nove ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional.
- (C) É vedado às Constituições estaduais dispor sobre seus respectivos Tribunais de Contas.
- (D) Os Ministros do Tribunal de Contas da União são nomeados exclusivamente pela Presidência da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
- (E) Só partido político com representação no Congresso Nacional tem legitimidade para denunciar, na forma da lei, irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

64. O chefe do Poder Executivo do Município XYZ enviou ao Poder Legislativo municipal projeto de Lei Orçamentária, pelo qual dispôs sobre a previsão da receita e a fixação da despesa para o exercício financeiro de 2026. Também incluiu normas autorizativas de aumento do funcionalismo público municipal, em razão da necessidade de melhor atender à população. Assinale a alternativa correta sobre a análise desse hipotético projeto de Lei Orçamentária Anual.

- (A) O projeto de Lei Orçamentária do Município XYZ é inconstitucional, porque o orçamento público é lei de iniciativa exclusiva do Poder Legislativo.
- (B) O projeto de Lei Orçamentária do Município XYZ contém erro, porque não pode ser referente apenas a um ano, devendo ser bianual.
- (C) O projeto de Lei Orçamentária do Município XYZ é contrário ao princípio da exclusividade, porque dispôs acerca de assunto estranho à fixação da despesa e à previsão da receita.
- (D) O projeto de Lei Orçamentária do Município XYZ atende perfeitamente a todos os princípios orçamentários recepcionados pela Constituição brasileira.
- (E) O orçamento público do Município XYZ pode ser formalizado por meio de medida provisória.

65. Leia atentamente o seguinte texto e assinale a alternativa que corresponde ao fundamento constitucional da ordem econômica tratado nele.

“[...] o Poder Público deve garantir que o homem possa sobreviver dignamente, tão somente, com o produto da remuneração de seu labor, garantindo-lhe, para tanto, uma gama de direitos sociais, dentre os quais destacamos renda mínima, repouso semanal remunerado, seguro desemprego, fundo de garantia por tempo de serviço, jornada de trabalho diária e semanal máxima, gozo de férias anuais remuneradas etc. Trata-se de se primar pela proteção ao fator de produção mão de obra. Para tanto, o Estado deve atuar de maneira a garantir que o produto do labor do homem (salário) seja capaz de lhe gerar uma renda mínima que, por si e sem interferências externas, lhe garanta o acesso (compra) a todos os bens de consumos essenciais para se viver condignamente no seio da sociedade. Assim, tal valor deve ser o meio pelo qual o trabalhador irá efetivar todos os direitos sociais positivados no artigo 6º, observadas as garantias do artigo 7º, ambos da CRFB”.

(FIGUEIREDO, Leonardo V. **Direito Econômico**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. E-book. p.46.)

- (A) Livre iniciativa.
- (B) Justiça social.
- (C) Livre concorrência.
- (D) Busca do pleno emprego.
- (E) Valorização do trabalho humano.

ÁREA 3

Direito do Trabalho e Processual do Trabalho

66. Fátima é empregada, há 4 anos e 3 meses, do setor de recursos humanos da Faculdade Virtual, empresa cuja atividade econômica é a prestação de serviço de educação superior à distância. Fátima descobriu que está grávida de 8 semanas, oportunidade em que comunicou imediatamente ao seu empregador. No dia seguinte ao nascimento do filho de Fátima, a Faculdade Virtual encerrou suas atividades, porque seus sócios perderam interesse pela atividade e se desentenderam quanto à gestão da empresa. Diante disso, assinale a alternativa correta, de acordo com as normas do Direito do Trabalho.

- (A) O fato superveniente de encerramento das atividades empresariais da empregadora gera a exclusão do direito à estabilidade de Fátima.
- (B) Fátima não é titular do direito à estabilidade, porque a gravidez foi confirmada antes de completar 5 anos de trabalho na empresa.
- (C) Com o encerramento das atividades da empregadora, Fátima tem direito de receber multa no valor de 80% de seu Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
- (D) Com o encerramento das atividades da empregadora, Fátima tem direito à indenização por rescisão do contrato por prazo indeterminado, paga em dobro.
- (E) Fátima não é titular do direito à estabilidade, porque não exercia quaisquer das funções fins da empresa empregadora.

67. Paulo é motorista e foi demitido por justa causa da empresa Transporte Seguro, sob o fundamento de que teria conduzido o caminhão da empresa com velocidade superior a 50% do limite estabelecido para a via. Diante disso, Paulo ajuizou ação trabalhista com pedido de reversão da demissão por justa causa em demissão sem justa causa. A ação tramitou perante a 12ª Vara Trabalhista de Patos e após seu regular processamento, o juiz responsável proferiu sentença confirmando a demissão por justa causa. Paulo pretende recorrer da sentença para instância superior. Assinale a alternativa correta sobre essa hipotética situação.

- (A) Paulo deve interpor recurso ordinário, cujo prazo é de 8 dias.
- (B) Paulo deve interpor embargos infringentes, cujo prazo é 8 dias.
- (C) Paulo deve interpor recurso de revista, cujo prazo é de 15 dias.
- (D) O recurso a ser interposto por Paulo exige para ser conhecido prequestionamento do capítulo decisório impugnado.
- (E) No recurso a ser interposto por Paulo, há necessidade de formação de autos apartados, permitindo, assim, o fluxo normal do processo.

68. Aquele que quiser rescindir o contrato de trabalho deve comunicar a outra parte sobre sua intenção. Assim, o empregado pode procurar novo trabalho, e o empregador pode preparar-se para substituir o empregado que deixará a empresa. Esse período também é importante para apuração de valores a receber ou de indenização a ser paga. De acordo com a legislação trabalhista, assinale a alternativa correta.

- (A) Não há direito ao recebimento de aviso prévio nas hipóteses de despedida indireta.
- (B) O empregado que, durante o prazo do aviso prévio, cometer qualquer das faltas consideradas pela lei como justas para a rescisão, perde o direito ao restante do respectivo prazo.
- (C) A cessação da atividade da empresa exclui, por si só, o direito do empregado ao aviso prévio.
- (D) O aviso prévio deve ser comunicado com antecedência mínima de 8 dias, nos casos em que o empregado recebe quinzenalmente.
- (E) O valor das horas extraordinárias habituais não integra ao aviso prévio indenizado.

69. Todo empregado terá direito anualmente ao gozo de período de férias, sem prejuízo da remuneração. Após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias, na seguinte proporção:

- (A) 25 dias úteis, quando não houver faltado ao serviço nos 180 dias imediatamente anteriores à aquisição do direito a férias.
- (B) 30 dias úteis, quando não houver faltado um dia sequer durante 12 meses consecutivos.
- (C) 24 dias corridos, quando houver faltado ao serviço mais de 5 vezes.
- (D) 21 dias corridos, quando houver tido de 15 a 23 faltas.
- (E) 15 dias úteis, quando houver tido de 24 a 32 faltas.

70. A rescisão indireta ou dispensa indireta é a forma de cessação do contrato de trabalho por decisão do empregado em virtude da justa causa praticada pelo empregador. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) No caso de morte do empregador constituído em empresa individual, ao empregado será devida indenização trabalhista em dobro.
- (B) Havendo culpa recíproca no ato que determinou a rescisão do contrato de trabalho, a indenização a que seria devida ao empregado em caso de culpa exclusiva do empregador deverá ser reduzida pela metade.
- (C) A prisão civil do empregado por débito alimentar autoriza a rescisão indireta do contrato de trabalho.
- (D) É vedado ao empregado rescindir o contrato, ainda que tiver de desempenhar obrigações legais, incompatíveis com a continuação do serviço.
- (E) Não é necessária intervenção judicial para o reconhecimento da rescisão indireta, podendo a rescisão ser formalizada perante o sindicato, mediante posterior notificação extrajudicial do empregador.

Direito Previdenciário

71. O acidente de trabalho é definido pela Lei nº 8.213/91 como aquele que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause morte ou perda, ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho. A esse respeito, assinale a alternativa correta, de acordo com a Lei nº 8.213/1991.

- (A) O trabalhador é responsável pela adoção e pelo uso das medidas coletivas e individuais de proteção e segurança da própria saúde.
- (B) Considera-se acidente de trabalho a doença profissional, assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente.
- (C) Considera-se acidente de trabalho a doença de trabalho, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante de relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.
- (D) As doenças degenerativas e as inerentes a grupo etário não são consideradas como doença do trabalho.
- (E) Considera-se agravamento ou complicação de acidente do trabalho a lesão que, resultante de acidente de outra, se associe ou se superponha às consequências do anterior.

72. Considere o seguinte trecho:

“[...] é o valor que serve de base de cálculo para a incidência das alíquotas das contribuições previdenciárias dos segurados, à exceção do segurado especial. É um dos elementos de cálculo da contribuição previdenciária; é a medida do valor com a qual, aplicando-se a alíquota de contribuição, obtém-se o montante da contribuição dos segurados empregados, incluindo os domésticos, trabalhadores avulsos, contribuintes individuais e, por extensão, os segurados facultativos”.

(LAZZARI, João B.; CASTRO, Carlos Alberto Pereira de. *Direito Previdenciário*. 4. ed. Rio de Janeiro: Método, 2025. E-book. p.179)

O trecho transcrito diz respeito ao(à):

- (A) salário de contribuição.
- (B) salário de benefício.
- (C) período de carência.
- (D) benefício de prestação continuada.
- (E) natureza jurídica da contribuição à seguridade social.

73. A Lei nº 9.717/1988 dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal, além de dar outras providências. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) O servidor público titular de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ou o militar dos Estados e do Distrito Federal filiado a regime próprio de previdência social, quando cedido a órgão ou entidade de outro ente da federação, com ou sem ônus para o cessionário, terá suspensa sua vinculação ao regime de origem, pelo período em que durar a cessão.
- (B) A contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro desta contribuição.
- (C) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios publicarão, até 10 (dez) dias após o encerramento de cada bimestre, demonstrativo financeiro e orçamentário da receita e despesas previdenciárias acumuladas no exercício financeiro em curso.
- (D) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não são responsáveis pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do respectivo regime próprio, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários.
- (E) No caso de extinção de regime próprio de previdência social, os benefícios concedidos durante a sua vigência cessarão, garantindo-se aos segurados e dependentes assistência social de um salário mínimo.

74. Os beneficiários do Regime Geral de Previdência Social são classificados como segurados e dependentes, de acordo com a Lei nº 8.213/1991. Desse modo, é correto afirmar que:

- (A) não é considerado como segurado o estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior.
- (B) é considerado como segurado o brasileiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado empresa domiciliada no exterior, cuja maioria do capital votante pertença a empresa estrangeira.
- (C) é considerado segurado o servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais.
- (D) é considerado dependente do segurado o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 23 anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental grave.
- (E) não é considerado dependente do segurado o enteado, ainda que não possuam condições suficientes para o próprio sustento e educação.

75. Pablo é casado com Marília, com quem tem dois filhos menores, Patrícia, com 9 anos, e Paulo, com 15 anos. Pablo está preso em regime fechado. Os dependentes de Pablo estão recebendo auxílio-reclusão no valor de um salário-mínimo. Há um mês, Pablo começou a exercer atividade remunerada na prisão. Os dependentes de Pablo procuraram um(a) advogado(a), para orientação jurídica, formulando a seguinte pergunta: o exercício de atividade remunerada por Pablo na prisão vai impactar no auxílio reclusão? Assinale a alternativa que corresponde à resposta correta a ser dada aos dependentes de Pablo.

- (A) O exercício de atividade remunerada do segurado recluso, em cumprimento de pena em regime fechado, acarreta a redução do auxílio em 50%.
- (B) O exercício de atividade remunerada do segurado recluso, em cumprimento de pena em regime fechado, não acarreta a perda do direito ao recebimento do auxílio reclusão para os seus dependentes.
- (C) Se a reclusão do segurado for decorrente de sentença penal condenatória transitada em julgado, o exercício da atividade remuneração acarretará a perda do direito ao recebimento do auxílio reclusão para os dependentes.
- (D) O exercício de atividade remunerada do segurado recluso, em cumprimento de pena em regime fechado, acarreta a redução do auxílio em 20%.
- (E) O exercício de atividade remunerada do segurado reclusão, em cumprimento de pena em regime fechado, acarreta a perda do direito ao recebimento do auxílio reclusão para os seus dependentes, apenas se ainda não tiver ocorrido o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

ÁREA 4**História do Município**

76. Considerando o processo de ocupação e colonização do território onde hoje se localiza o município de Patos, na Paraíba, no século XVII, analise as afirmativas a seguir, levando em conta a relação das oligarquias regionais com propriedade da terra, e assinale a correta.

- (A) O avanço dos colonizadores sobre o território do atual município de Patos expressou a formação de uma ordem latifundiária assentada na expropriação das terras indígenas.
- (B) O conflito entre indígenas e colonizadores no território do atual município de Patos foi resolvido por meio de acordos territoriais mediados pela Coroa Portuguesa, o que evitou maiores confrontos armados.
- (C) A chegada da família Oliveira Ledo ao território do atual município de Patos representou o início da industrialização local e da transição para um modo de produção moderno, rompendo com as estruturas latifundiárias do passado.
- (D) O processo de colonização do território do atual município de Patos foi conduzido com base no respeito à organização indígena local, que foi integrada à administração colonial como forma de aliança e aculturação.
- (E) O processo de ocupação das terras de Patos contribuiu para a constituição de uma sociedade igualitária e democrática, com base no acesso comum aos recursos naturais e ao trabalho coletivo das comunidades locais.

77. Tendo em vista os marcos históricos que caracterizaram a formação político-administrativa do município Patos e suas transformações ao longo do processo de institucionalização do poder local, especialmente no contexto da Primeira República (1889-1930), identifique, entre as afirmativas a seguir, aquela que expressa corretamente os elementos centrais dessa dinâmica histórica.

- (A) A elevação de Patos à cidade, em 1930, representou uma ruptura com a dominação das oligarquias regionais, garantindo ampla participação popular na estrutura administrativa.
- (B) A Lei Estadual nº 200, de 1903, que elevou Patos à condição de cidade, foi sancionada no contexto de continuidade da política oligárquica centralizada nas elites agrárias locais durante a Primeira República.
- (C) A conversão de vila em cidade de Patos, em 1893, foi resultado de um movimento de trabalhadores urbanos, que reivindicavam melhores condições de moradia e transporte.
- (D) A criação do município de Patos foi diretamente influenciada pela Revolução de 1930, com forte presença de intelectuais modernistas nordestinos.
- (E) A passagem de Patos à categoria de cidade resultou da pressão dos movimentos indígenas e quilombolas predominantes na região, que passaram a compor o poder legislativo local a partir de 1913.

78. Considerando a formação histórica da economia local do município de Patos, na Paraíba, desde os processos iniciais de ocupação territorial e exploração econômica no século XVII, até as dinâmicas de consolidação de suas atividades produtivas, identifique a afirmativa correta acerca dos elementos estruturantes do processo de ocupação e desenvolvimento econômico da região.

- (A) A instalação das primeiras fazendas de gado em Patos ocorreu em territórios desocupados, o que favoreceu um crescimento econômico rápido e sem conflitos.
- (B) A atividade econômica de Patos, centrada na pecuária, foi organizada por grupos de indígenas aliados à Coroa, responsáveis por preservar seus territórios de origem.
- (C) O desenvolvimento econômico da região de Patos foi marcado pela instalação de fazendas de gado em terras antes ocupadas por povos indígenas, expulsos por meio de conflitos armados.
- (D) A expansão econômica do município se deveu à mineração aurífera nas margens do Rio São Francisco, com posterior migração para a região de Patos.
- (E) A base econômica de Patos surgiu com a política de aldeamento promovida pelo governo português, que garantiu terras aos povos Pegas e Panatis em troca de trabalho nas fazendas coloniais.

79. Considerando os conhecimentos geográficos e históricos sobre a articulação entre os elementos naturais — como clima, relevo e cobertura vegetal — e as formas de uso da terra, identifique a afirmativa que expressa corretamente a relação entre o bioma, as condições climáticas e a dinâmica socioeconômica do município de Patos, na Paraíba.

- (A) O clima de Patos, caracterizado por alta pluviosidade e solos alagadiços, favorece a fertilidade da terra e a regularidade das chuvas, o que historicamente beneficiou o cultivo do arroz, alimento representado no brasão do município por sua importância econômica regional.
- (B) A vegetação de cerrado, dominante no município de Patos e região, é densa e perene, o que garante um suprimento constante de madeira e recursos hídricos para o município, além de favorecer a ocorrência de elevada umidade e índice pluviométrico anual.
- (C) O bioma predominante na região de Patos é o da Mata Atlântica, que se estende por grande parte do território localizado ao sul do Trópico de Câncer, favorecendo o desenvolvimento de uma economia extrativista florestal intensa desde o século XIX.
- (D) O município de Patos situa-se na depressão do sertão paraibano, sendo um exemplo típico de paisagem semiárida do Nordeste do Brasil, com predominância da caatinga – mata seca que perde suas folhas durante a estação seca – e é historicamente marcado por baixa pluviosidade, o que exige técnicas produtivas específicas para esse bioma.
- (E) A vegetação típica do Sertão, incluindo a região de Patos, é composta principalmente por espécies adaptadas ao clima seco do interior da Paraíba. Nesse ambiente, predominam ventos suaves vindos do litoral, conhecidos como ‘minuanos’, que formam grandes várzeas, áreas onde se desenvolve predominantemente a agricultura local.

80. Com base na Lei nº 12.728, de 4 de julho de 2023, que reconhece oficialmente o São João de Patos como patrimônio cultural imaterial da Paraíba, analise as afirmativas a seguir e assinale a correta.

- (A) O reconhecimento do São João de Patos como patrimônio imaterial limitou o uso de recursos públicos, priorizando exclusivamente o financiamento por meio da iniciativa privada.
- (B) A patrimonialização do São João de Patos impôs obrigatoriamente que o evento seja realizado com a mesma estrutura e formato de suas edições anteriores, para garantir a autenticidade cultural.
- (C) A legislação que reconheceu o São João de Patos como patrimônio imaterial buscou resgatar apenas os aspectos folclóricos do evento, sem considerar seu impacto na economia cultural.
- (D) Ao ser reconhecido como patrimônio imaterial, o São João de Patos passou a integrar automaticamente a lista federal do IPHAN, o que o retirou da alçada da política cultural estadual.
- (E) A referida Lei permitiu à organização do aludido evento celebrar com a iniciativa privada e o poder público os instrumentos legais necessários para a preservação da identidade e dos valores culturais que o caracterizam.